despesas com as deslocações das equipas do continente às Regiões Autónomas no decorrer dos Campeonatos Nacionais se encontrassem noutra rubrica, tendo sido pedido à funcionária da FPV, Elisabete Moreira para responder, tendo esta explicado que o diferencial se reportava a subsídios ao apoio às deslocações às regiões autónomas pelo que fora incluído na rubrica dos subsídios.

Finda a apreciação, discussão e prestação de esclarecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à reconfirmação dos delegados presentes, confirmando-se o número de votos (vinte e três), após o que se procedeu à votação do Relatório e Contas da Gerência do Ano de Dois Mil e Treze da Federação Portuguesa de Voleibol que foi aprovado por unanimidade, dando por encerrados os trabalhos, mandando lavrar a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

O Secretário:

Acta da Assembleia Geral Ordinária

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas dez horas, teve lugar, na sede da Federação Portuguesa de Voleibol, no Auditório Fernando Jorge Araújo Barros, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Voleibol dando cumprimento à convocatória enviada aos sócios.

Por ausência do Secretário da Mesa da Assembleia Geral, a mesma foi secretariada pelo Secretário-Geral da FPV, Teodemiro Carvalho.

Em representação da Associação de Voleibol do Porto, estiveram presentes os Delegados Joaquim Manuel de Oliveira Vitela, Marcelino Barcancelos Tavares, Maria

Helena Zi Madeira Vilela, Fernando Ricardo Palhares e Pedro Manuel Pereira Azimpeira; da Associação de Voleibol de Braga, Mário Bento Brito Nóbrega Azevedo; da Associação de Voleibol de Coimbra, Luís Miguel Duarte Martins Cossão Fernónimo; da Associação de Voleibol da Guarda, Mário Nuno Ribeiro Lucena; da Associação de Voleibol do Alentejo, Paulo Daniel Brandão de Pinho e António Manuel Felício do Espírito Santo; da Associação de Voleibol de Leiria, Catarina Isabel Nogueira Teles; da Associação de Voleibol de Viseu, Artur Pombinho de Lucena; da Associação de Voleibol de Viana do Castelo, José Henriques Borja Serafim; da Associação de Voleibol da Madeira, Edgar Barrido Gouveia; da Associação de Voleibol da Ilha Terceira, Margarida de Fátima Pessoa Pires; da Associação de Voleibol de São Miguel, Hélio Vinis Aguiar Ormonde; da Associação de Desportos da Ilha do Faial, Eduardo Manuel Andrade Gomes; da Associação de Voleibol da Ilha do Pico, Laura Cristina Azevedo Sosa; da Associação de Voleibol de Santa Maria, Helena Ferreira; da Associação Nacional de Treinadores, Nuno Ricardo Lopes Pereira Coelho; Mário Adelino Dias Meneses Simões e José Jorge Mendes Fernandes; da Associação Portuguesa de Árbitros de Voleibol, Manuel Domingos Vasconcelos Tavares e José Joaquim Cruz Rodrigues Ferreira; da Associação (Portug), digo de Árbitros de Voleibol, Avelino Coxbal Simões Azevedo.

A Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol esteve representada pelo Presidente, Vicente Araújo e pelos Directores António Sá, Fernando Rosas e Álvaro Lopes. Estiveram presentes igualmente o Secretário-Geral Teodemiro Carvalho, o Assessor Jurídico, Rogério Pedro Oliveira, o Economista da FPV, João Nuno Ferreira e o Responsável pelo Departamento de Formação da FPV, Carlos Rato.

Antes de se iniciar a sessão, procedeu-se à verificação dos delegados presentes, à confirmação do número de votos (vinte e cinco no total) pelo Presidente da Assembleia, tendo de seguida aberto a inscrição para as intervenções no período antes da ordem do dia.

Hélio Damande, da Associação de Voleibol de São Miguel, questionou qual o enquadramento para a prática de voleibol para atletas portadores de deficiência.

Margarida Pires, da Associação de Voleibol da Ilha Terceira, perguntou porque razão não são nomeados os árbitros nacionais para arbitragem nos jogos a realizar no continente. Questionou, igualmente, porque razão os vários cursos a realizar na Região dos Açores não entram no Plano da FPV para, posteriormente, poderem ser comparticipados pelo IPDJ.

Avelino Azevedo, da Associação de Árbitros de Voleibol, começou por afirmar que o clima entre os árbitros e o Conselho de Arbitragem não são melhor. Questionou qual a razão de não ter havido no início da época Reunião Preparatória da mesma. Referiu, ainda, que os critérios de arbitragem actuais já não são actualizados há mais de dois anos. Quanto aos cursos de árbitros, perguntou, quais os critérios para a nomeação dos Directores e Prelectores dos cursos, nomeadamente nos realizados nas Associações Regionais, uma vez que há repetição sistemática dos mesmos.

Manuel Tavares, da Associação Portuguesa de Árbitros de Voleibol, questionou igualmente qual a razão de não ter havido, no início da época, a reunião de preparação com os árbitros. Igualmente questionou para quando um patrocinador para a arbitragem.

De seguida e em resposta às questões levantadas, o Presidente da Federação Portuguesa de Voleibol passou a esclarecer:

A integração de atletas portadores de deficiência

MA
deve ser feita sempre que possível e sem qualquer discriminação.

Quanto aos cursos de formação, referiu que tem sido feito um esforço sendo que e sempre que possível com a devida autorização do IPDJ, apoiaremos os cursos aí realizados. Em relação à nomeação dos árbitros nacionais da Região Autónoma dos Açores para arbitrarem no Continente, esclareceu que neste momento não há suporte financeiro para que essas nomeações sejam realizadas.

Quanto ao relacionamento entre os árbitros e o Conselho de Arbitragem, desconhece o seu estado actual. Referiu, no entanto, que há canais de comunicação que estão abertos, que podem e devem ser utilizados.

Quanto aos critérios de nomeação dos Directores e Preletores dos cursos, o Presidente deu a palavra ao Responsável pelo Departamento de Formação presente Carlos Prata, o qual esclareceu que após propostas das Associações Regionais ao Conselho de Arbitragem, o mesmo escolhe o Director e os respectivos Preletores para cada curso.

No que respeita à questão do patrocínio para a Arbitragem, o Presidente esclareceu que essa questão se enquadra na actual dificuldade em angariar novos sponsors para o desporto e, em concreto, para o voleibol. No entanto, todos devem continuar a desenvolver o seu esforço para que novos parceiros possam acrescer aos já existentes.

Aproveitou para esclarecer que a Regra do Toque na Rede apenas entrará em vigor no início da próxima época - 2015/2016 e não no início do ano, conforme estava descrito na nossa Circular, a qual será rectificada de imediato.

Não havendo mais intervenções no período antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Mesa da Assem-

bleia Geral deu andamento aos trabalhos, pondo à discussão a aprovação da Acta da Assembleia Geral Ordinária, realizada em dose do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, referente à aprovação do Relatório e Contas do Ano de 2013, tendo sido a mesma, após votação, aprovada por unanimidade dos presentes.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao ponto único da Ordem de trabalhos, conforme estabelecido na convocatória da Assembleia - Apreciação e Votação do Orçamento e Plano de Actividades Anuais da federação Portuguesa de Voleibol para o ano de 2015, dando a palavra ao Presidente da Direcção da FPV.

O Presidente da Direcção apresentou, de um modo global, o Orçamento e Plano de Actividades Anuais da FPV para 2015, começando por afirmar que se trata de um Orçamento e Plano elaborado tendo em conta a realidade do País. Não obstante e independentemente que vem a acontecer, as Associações Regionais continuarão a ser apoiadas e serão inclusivamente chamadas a ter um papel mais activo na realização de actividades.

Salientou que, para além do trabalho com o Giza Volei, iremos reforçar a implementação do Giza Praia. Sobre esta actividade, informou que na Região do Alentejo e Algarve já há centros permanentes de Giza Praia em actividade durante todo o ano.

Quanto às Selecções, informou que as mesmas irão continuar o seu trabalho, com especial ênfase nas selecções mais jovens.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu de imediato as inscrições para esclarecimentos.

Apenas usou da palavra o delegado Hélio Ormonde, que questionou quanto à ausência de menção da verba relativa à alegada dívida às finanças e que anteriormente constava no Orçamento, à qual o Presidente esclareceu

que tal se deve ao facto de entretanto a mesma ter sido liquidada, não obstante continuar a correr os seus termos a acção judicial intentada pela FPV.

Finda a apreciação discussão e prestação de esclarecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à votação do Orçamento e Plano de Actividades Anuais da FPV para 2015, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Desejando a todos um Bom Natal e Próspero Ano Novo deu por encerrados os trabalhos, mandando lavrar a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

O Secretário em exercício: Teodemiro Coelho

Acta da Assembleia Geral Extraordinária

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas onze horas, teve lugar, na sede da Federação Portuguesa de Voleibol, no Auditório Fernando Jorge Araújo Barros, a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Voleibol dando cumprimento à convocatória enviada aos sócios.

Por ausência do Secretário da Mesa da Assembleia Geral, o mesmo foi secretariado pelo Secretário Geral da FPV, Teodemiro Coelho.

Em representação da Associação de Voleibol do Porto estiveram presentes os delegados Joaquim Manuel de Oliveira Vilela, Marcelino Vasconcelos Soares, Maria Helena Bi Ribeiro Vilela, Fernando Ricardo Balhares e Pedro Manuel Pereira Azinheira; da Associação de Voleibol de Braga, Mario Bento Brito Pinheiro Azevedo; da Associação de Voleibol de Coimbra, Luis Miguel Duarte Martins Fonseca Ferreira; da Associação de Voleibol da Guarda, Mário Nuno Ribeiro Sucena; da Associação de Voleibol do Alentejo, Paulo Daniel Brandão de Pinho e Antonio Manuel Felício do Espirito Santo; da Associação de Voleibol de Leiria, Catarina Isabel Nogueira Teles; da Associação de Voleibol de Viseu, Artur Coimbrão de Sucena; da Associação